

Area social pode contornar recessão, dizem professores

GUIOMAR CAMPELLO

Da Editoria de Economia

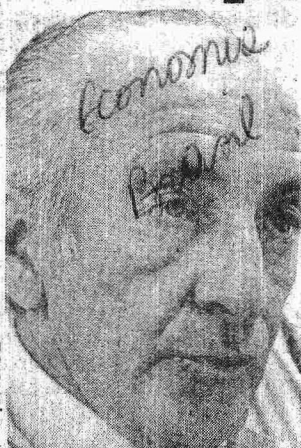
O Governo precisa redirecionar os investimentos públicos como única forma de tentar reduzir os efeitos dos cortes nas importações, já determinadas para o próximo ano, bem como a necessidade de alcançar superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial o que significará, sem dúvida, dramática recessão. Essa é a proposta do professor José Santana, da Universidade de Brasília.

Os investimentos, segundo o professor, deverão ser feitos em setores de baixo componente importado, isto é, na agricultura, construção civil, indústria de alimentos, tecidos e calçados, e com prioridade, na educação e saúde. Esses setores, observou, teriam condições de absorver grande parcela do contingente da mão-de-obra que será desempregada em decorrência da desativação, obrigatória, da indústria automobilística.

Como o país terá que reduzir suas importações, acrescentou José Santana, é preciso desenvolver a política de troca de produtos, através da moeda-convênio, com aqueles países com os quais o Brasil mantém comércio bilateral. Assim, reduziria a necessidade de tomar empréstimos no exterior, diminuindo, em consequência, o aumento dos serviços da dívida externa. Sobre a necessidade de captação de moeda externa, José Santana considera que para conseguir qualquer empréstimo no mercado de ouro-dólares, o Brasil terá necessariamente que se submeter às regras do Fundo Monetário Nacional, embora não precise recorrer aos seus recursos. "Basta que o Brasil se enquadre nas recomendações do FMI para que os banqueiros liberem os empréstimos", afirma o professor.

Ele acha também que o Brasil, com a atual política externa de captação de recursos, é um sério candidato à renegociação de sua dívida com o sistema financeiro internacional. Essa renegociação, porém, só se dará com a dívida de médio e longo prazo, já que a dívida de curto prazo (180 dias) não pode, de acordo com os mecanismos de negociação financeira, ser renegociada, ou seja, deve ser paga no seu vencimento. Isto significa dizer que o país terá que desembolsar em torno de US\$ 16 bilhões, aproximadamente, de acordo com os seus cálculos, pois o Banco Central já não divulga mais esses dados. Mas isso também pode ter prazo de pagamento adiado.

Segundo José Santana, as autoridades econômicas brasileiras estão encontrando muitas dificuldades para captar dólares destinados ao fechamento de balanço de pagamentos do país, e isso está sendo comprovado pelos "bridges-loans" que



Arquivo CB

Lauro Campos

estão entrando e com a queima de reservas nacionais, hoje em torno de US\$ 3 bilhões. Esse saldo, entretanto, não é em moeda líquida, mas em ouro, títulos do tesouro americano e os direitos especiais de saque-DES.

CAOS INTERNACIONAL

Já o professor Lauro Campos, também professor de Economia da UnB, acha que a economia, tanto no campo interno como no externo, vive atualmente uma situação de caos, particularmente nos países subdesenvolvidos, todos amarrados à política de juros norte-americana e aos banqueiros internacionais, de um modo geral. Segundo ele, do ponto de vista interno das economias de regime capitalista, esta crise é a crise de demanda do governo, do dinheiro estatal e das finanças públicas.

"As nossas finanças públicas, assim como as do Japão, México, Colômbia, e mesmo dos EUA, estão desarticuladas e falidas", e o governo brasileiro, "que, até há poucos anos, emitia alegremente papel-moeda fictício para criar os lucros não-operacionais, os estímulos e incentivos e subvencionava taxas de juros negativas, doando capital às empresas, bancos e à agricultura, agora não consegue nem pagar as dívidas vencidas".

Segundo o professor Lauro Campos, o processo de estímulo da atividade econômica adotado por um Governo de estilo Keynesiano encontrou seu limite com a crise financeira atual. "Cerca de 60% da dívida externa brasileira é dívida do Governo, das empresas estatais, e quem sustenta esse endividamento são os bancos nacionais e internacionais". Comparou ainda a atual situação tanto da economia brasileira, como a de outros países subdesenvolvidos, como momento vivido na crise de 1929, nos Estados Unidos. "Até a segunda-feira de outubro de 1929 os bancos norte-americanos se encontravam em excelente estado de riqueza e de liquidez aparentes. Os empréstimos concedidos eram respaldados por caução de ações das empresas, que se encontravam em alta na Bolsa de Valores.

Na terça-feira a Bolsa es tourou e os bancos viram da noite para o dia, a sua fantástica riqueza transformar-se em pobreza que se traduziu na falência de 9 mil bancos norte-americanos".

A comparação foi justificada pelo professor Lauro Campos devido à situação em que se encontra hoje a economia brasileira, especialmente com relação à dívida interna do país. "Hoje, disse, a rede bancária se encontra inflada de papéis do Governo" e esses papéis têm a mesma garantia das ações retidas pelos bancos em 1929. "Isso significa que a crise financeira do Governo será transmitida à sociedade por meios do sistema financeiro e da rede bancária".

A pergunta, segundo o professor, é se o Governo, que sempre socializou, socializar os prejuízos da dívida, e se conseguirá fazê-lo na conjuntura atual, sem provocar o aprofundamento irreversível da crise".

Com relação aos bancos transnacionais, ele diz que a única saída emergencial, e precária, seria a criação de um organismo idêntico ao do Banco Federal dos EUA (o Federal Reserve), que se caracterizaria como um Banco Central Mundial. Esse organismo complementaria o pagamento das dívidas insolúveis dos países devedores junto aos bancos multinais, transformando-se, assim, no credor dessas economias, as quais também teriam suas dívidas adiadas para cinco ou dez anos. "Assim, o sistema financeiro mundial ficaria ao abrigo da crise da insolvência das economias nacionais e estas teriam um prazo dilatado para rearticular suas capacidades de pagamentos".

Para o professor Lauro Campos, o sistema financeiro mundial, especialmente as economias para exportação, já esgotou sua potencialidade, expressa nos endividamentos públicos, interno e no externo das economias subdesenvolvidas. Por isso, o mundo vive essa situação crítica de previsões inimagináveis.

JUROS ALTOS

Ainda segundo o professor da UnB, os juros cobrados pelo sistema bancário norte-americano (a prime rate) não deverão sofrer baixas consideráveis, já que estão vinculados à política de emprego daquele país. Os EUA, disse, não podem mais gastar para absorver mão-de-obra desempregada, cuja taxa é de 12%, porque isso implicaria no aumento da taxa de inflação para 18% ao ano. "O desemprego se reduziria a 6% mas a taxa de juros se elevaria para 22%, inviabilizando, assim, a economia mundial, que carrega hoje uma dívida de US\$ 700 bilhões".